

Audiências revelaram retrato do Brasil

Terminaram as audiências públicas nas 24 subcomissões da Constituinte. Durante um mês, corredores e plenários do Congresso fervilharam, com gente vinda de todos os pontos do país, representando os pensamentos mais diversos, para debater com os constituintes, que enfrentaram um ritmo de trabalho intensíssimo, com o expediente começando muitas vezes às 8h30min e terminando às dez da noite. O esforço, segundo a maioria dos deputados e senadores, valeu a pena. "A sociedade sabe o que quer desta nova Constituição", resumiu o senador Dirceu Carneiro (PMDB-ES).

Passaram pelas salas das subcomissões ministros, banqueiros, empresários, centrais sindicais, cientistas, associações de moradores, estudantes, índios, generais, domésticos, artistas, ministros do STF, representantes de partidos, grupos gays, garimpeiros, latifundiários e sem-terras, mutuários do BNH, paraplégicos, delegados de polícias, etc. Em centenas de audiências públicas, a Constituinte tomou um banho de Brasil.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse a amigos que estava impressionado, pois o que viu durante esses 30 dias superou tudo o que imaginava. Na terça-feira, por exemplo, três ministros — Paulo Brossard, Renato Archer e Joaquim Francisco Cavalcanti — falaram para plenárias diferentes, enquanto representantes de meninos de ruas, de empregadas domésticas e das nações indígenas defendiam suas idéias em outras comissões. Dois generais, Euler Bentes e Andrade Serpa, debatiam num plenário; em outros, falavam a bailarina Dalal Achcar, o verde Fernando Gabeira, o presidente da Contag, Joa-

quim Francisco da Silva, e o presidente da Fiocruz, Sérgio Arouca.

As três centrais sindicais foram ouvidas por nada menos que três subcomissões. Representantes das escolas privadas falaram diante dos constituintes sob marcação cerrada dos sindicatos de professores, que ocuparam as cadeiras destinadas ao público. O grupo homossexual Triângulo Rosa, do Rio, também deu o seu recado. O delicado problema do papel das Forças Armadas teve conferencistas para todos os gostos, desde professores da Escola Superior de Guerra até o professor (e coronel de reserva) Geraldo Cavagnari, da Unicamp.

Nos debates, a polêmica muitas vezes foi grande e trouxe surpresas. O deputado Delfim Netto, conhecido por sua ironia e desembaraço nas discussões, não conseguiu levar a melhor sobre o diretor da Federação Nacional dos Engenheiros, Jorge Bittar.

Quando foi votado o regimento da Constituinte, juristas e parlamentares mexicanos e portugueses, em visita ao Brasil, ficaram preocupados. Para eles, sem um texto servindo como base e com a discussão pulverizada em muitas subcomissões, dificilmente se chegaria a algum resultado. Depois de um mês de muitos debates, ninguém tem dúvida de que a experiência deu certo. O regimento interno provocou a participação popular, a Constituinte se abriu e ganhou vida. E embora as audiências populares nesta fase tenham terminado, poucos acreditam que corredores e plenários vão se esvaziar. A tendência é que a pressão e a cobrança aumentem cada vez mais. O povo descobriu o caminho da Constituinte e quer participar.

Propostas vão a mais de 4 mil

Pouco antes do encerramento do prazo para a apresentação de sugestões constitucionais, no final da tarde de ontem, a secretaria-geral da Assembléia Constituinte calculava que elas já passavam de quatro mil. Os terminais de computadores instalados na Secretaria de Apoio e Informação registravam os números oficiais: 1 mil 059 sugestões já tinham sido catalogadas e enviadas às subcomissões temáticas correspondentes. As restantes deverão ser encaminhadas até o dia 23, quando termina o prazo para apresentação de relatórios pelos relatores das subcomissões.

O deputado Mário Lima (PMDB-BA), relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, é quem mais trabalha. Já chegaram às suas mãos 187 sugestões. A segunda Subcomissão mais requisitada, que trata dos Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, passou pouco da metade do número de sugestões da primeira: estão ali 96 projetos. A Subcomissão menos requisitada — apenas quatro sugestões — foi a da Garantia da Constituição, Reforma e Emendas.

O PMDB, partido majoritário na Constituinte, lidera também a corrida pela entrega de sugestões: já encaminhou 454. Também se encontravam cadastradas nos computadores da Assembléia 207 sugestões do PFL; 160 do PDS; 66 do PSB; 48 do PDT; 35 do PCB; 33 do PTB; 23 do PDC; 12 do PL; e 9 do PT; 7 do PC do B; e 3 do PMB.

Proposta do PT tem 273 artigos

Tem 273 artigos e foi elaborada em quatro meses; a proposta de "Constituição da República Federativa Democrática do Brasil" apresentada à Constituinte pela liderança do PT. A proposta petista prevê a subordinação do direito de propriedade à sua função social, a expropriação sem indenização das terras consideradas improdutivas, incentivo a intervenção do Estado na economia e propõe um mandato de quatro anos para o presidente, sem reeleição. Entre as mais de 400 propostas já encaminhadas à Subcomissão do Poder Executivo, a do PT é a primeira que não defende o parlamentarismo.

O presidencialismo que o PT propõe elimina o poder do Presidente da República de governar por decreto-lei e de vetar decisões do Congresso Nacional. Embora todos os 16 deputados do partido na Constituinte tenham assinado a proposta, pelo menos um — João Paulo Pires (MG) — já garantiu ao líder do partido, Luís Ignácio Lula da Silva (SP), que votará pelo parlamentarismo "como forma de exercício do Poder Executivo. A Constituição petista extingue o Senado e cria, em substituição, o voto legislativo, através do qual as bancadas dos estados votariam, como os senadores fazem hoje, as matérias sobre temas federativos.

Na justificativa do projeto, a bancada petista reconhece que "embora relevante para os padrões da política brasileira", a participação do conjunto do partido na discussão da proposta "não se deu plenamente". Um deputado petista avalia que a proposta de Constituição do partido foi elaborada mais pela cúpula do PT do que pela própria bancada. O documento foi redigido pelos advogados Pedro Dalari e José Eduardo Martins Cardoso e pelo sociólogo Marco Aurélio Garcia, nenhum deles com mandato.

Regime — O líder do PDT na Constituinte, Brandão Monteiro, classifica o presidencialismo clássico como "caudilhismo e autoritário", e anuncia que o partido vai lutar pela implantação no Brasil do que chamou de "presidencialismo congressual". Trata-se de um sistema misto de governo sem a existência de um primeiro-ministro. Monteiro informou que apresentou ontem um resumo das propostas apresentadas pelo PDT, mais de 500, à Constituinte. E anunciou que o partido já distribuiu a todos os seus parlamentares, diretórios e aos movimentos sociais cópias da proposta de convocação de eleições presidenciais para 15 de novembro de 1988, para a qual o partido espera obter mais de três milhões de assinaturas.